



**BELEM TEM QU  
NO NÚMERO DE R**

**VIDA DE  
CIRCO**

**DE CORPO  
E ALMA**

# CLIPPING



12 de  
MAIO  
2022

## REPÓRTER 70

### > TRIBUNAL DISPUTA

Em ofício protocolado, na última terça-feira, 10, junto à presidência do Tribunal de Justiça do Estado, o advogado Sávio Barreto pede informações sobre o processo para preenchimento da vaga no TJ-PA, aberta após a aposentadoria do desembargador Milton Nobre. A vaga cabe ao chamado Quinto Constitucional, ou seja, deve ser preenchida por nome indicado pela Ordem dos Advogados do Brasil, seção Pará, em lista sêxtupla. Após seis meses da aposentadoria de Nobre, a OAB-PA não publicou o edital para seleção dos candidatos.

### VAGA

No documento enviado à presidência do Tribunal, Barreto indaga se a disponibilidade da vaga já foi publicada no Diário Oficial de Justiça e também se foi enviado ofício oficializando a questão para a Ordem. Caso a abertura da vaga tenha sido formalmente comunicada à OAB-PA, há mais de 30 dias, o caso poderá ser levado ao Conselho Nacional da Ordem, que pode determinar a tomada imediata de providências.

### SEM PREVISÃO

A direção da OAB-PA não comentou o assunto. Ontem, a assessoria de imprensa da entidade informou, contudo, que ainda não há previsão para a publicação do edital.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

➤ Uma roda de conversa com o tema “Os perigos da internet e a pornografia infantojuvenil” marca o início das atividades do Tribunal de Justiça do Pará alusivas ao Maio Laranja, dedicado ao Combate ao Abuso e Exploração Sexual Infantil no Brasil.

➤ **O evento será amanhã, às 9 horas, no Auditório do Fórum Criminal da Capital.**

➤ Apenas nos primeiros quatro meses deste ano, a 1ª Vara de Crimes contra a Criança e do Adolescente já recebeu 125 processos por estupro de vulnerável.

## CASAMENTO COMUNITÁRIO

## TJE-PA formaliza 168 uniões

ENIZE VIDIGAL  
DA REDAÇÃO

Ontem, 168 casais de diferentes municípios paraenses participaram da cerimônia civil de casamento comunitário, na sede da Ouvidoria Agrária do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJE-PA). No próximo sábado, 14, eles terão uma cerimônia de celebração conjunta na Chácara Meu Pedacinho de Céu, em Santa Bárbara do Pará.

O casamento comunitário, que busca regularizar

a situação civil de casais da capital e no interior paraense, é promovido pela Ouvidoria Agrária, desde novembro de 2021, com o objetivo de fixar as famílias no campo e dar solução a conflitos agrários. Os casais que participaram do casamento comunitário são originários dos municípios de Belém, Ananindeua, Benevides, Santa Isabel, Santa Bárbara e Vigia.

Conforme o ouvidor agrário do TJE-PA, desembargador Mairton Marques Carneiro, como o título de terra passa

a ser para o casal, um não pode vender sem que o outro concorde. "Isso fixa o casal na terra e evita os conflitos agrários", explica.

Moradores de Benevides, Edmilson da Costa e Ruth Selma Pereira estão juntos há 32 anos e têm duas filhas, de 27 e de 30 anos. Para Edmilson, o casamento coroa a união duradoura do casal. "Pedi a bênção de Deus para que seja, realmente, a separação só com a morte", disse ele. "Estamos muito felizes por esse momento, completou Ruth.



**Cerimônia** civil foi realizada sede da Ouvidoria Agrária, do Tribunal de Justiça do Estado do Pará

O juiz de paz Alfredo Rodrigues, ligado ao cartório Guedes de Oliveira (de 2º registro civil), parceiro do projeto, disse que é muito gratificante ajudar a realizar o sonho de vida de vários casais em um projeto que regulariza situações de fato.

"É muito importante participar desse momento especial", declarou.

No sábado, 14, o diretor do Fórum Cível da Capital, juiz Sílvio César dos Santos Maria, é quem irá presidir a cerimônia conjunta do casamento comunitário.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

## ACUSADO DE ESTUPRO

**Justiça rejeita habeas corpus**

**EDUARDO ROCHA**  
Da Redação

O pedido de habeas corpus em favor de Jeovan Moraes da Silva, em prisão preventiva desde 31 de janeiro deste ano por crime de roubo majorado e estupro contra quatro mulheres, em datas diferentes, no Parque Estadual do Utinga, foi negado pela Seção de Direito Penal do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA). O feito foi apreciado durante sessão ordinária transmitida por videoconferência na última segunda-feira (9), presidida pelo desembargador José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Júnior.

Para o pedido de revogação da prisão preventiva, a defesa do réu afirmou que Jeovan Moraes da Silva se encontrava constrangido ilegalmente pela não realização da audiência de custódia, por falta de fundamentação da decisão que decretou a prisão preventiva e ausência dos requisitos autorizadores da custódia extrema. No entanto, desembargadores presentes na Seção de Direito Penal acompanharam à unanimidade o voto do relator do

processo, desembargador Rômulo José Ferreira Nunes.

O relator, primeiramente, destacou que “a inexistência da audiência de custódia é mera irregularidade processual e não tem condão de tornar nula a custódia do paciente, se não demonstrada à inobservância aos direitos e garantias constitucionais do acusado e se estiverem presentes os requisitos legais da prisão”.

Como explicou em sua decisão o desembargador relator, “quando decretou a prisão preventiva, a autoridade inquinada coatora, a quem incumbe à análise detalhada dos fatos, motivou adequadamente o decisum, ressaltando que se encontra presente o periculum libertatis, tornando-se necessária a segregação cautelar do paciente para preservação da ordem pública e por conveniência a instrução processual, em razão da gravidade em concreto do delito dos delitos de roubo majorado e estupro”.

De acordo com o que consta nos autos, em 12 de outubro e 21 de novembro de 2021, por volta das 10h30 e 15h15, respectivamente, no Parque Estadual do Utinga, na avenida João



**Desembargador** José Roberto Bezerra Júnior presidiu a sessão

Paulo II, no bairro Curio Utinga, em Belém, o réu, mediante violência e grave ameaça exercida com emprego de arma de fogo, cometeu os crimes de roubo majorado e estupro em desfavor de quatro vítimas. Como informa o TJPA, por meio de escuta especializada, duas das vítimas, de forma uníssona, narraram que, em 12 de outubro de 2021, estavam caminhando em uma trilha dentro do Parque do Utinga, quando foram surpreendidas pelo réu. Ele surgiu de dentro do mato portando uma arma de fogo e uma faca, subtraindo das vítimas dois aparelhos celulares, vales digitais, dinheiro e a

mochila de uma delas.

Como informa o TJPA, com a arma em punho, o réu ainda começou a beijar forçadamente e de forma lasciva uma vítima, bem como também apalpou seus seios, nádegas e órgão genital. Da mesma forma, o coacto empreendeu o ato libidinoso em relação à segunda vítima, de modo que ficava alternando a empreitada criminosa de estupro entre elas. Não satisfeito, o réu supostamente tentou forçar as vítimas a entrarem na floresta. Elas, porém, ficaram desesperadas e imploraram para que não fizesse nada, dizendo que havia policiais por perto.

**Novas denúncias feitas após repercussão**

Após a grande repercussão na mídia dos crimes ocorridos em 12 de outubro de 2021, como relata o TJPA, outras duas vítimas tomaram conhecimento dos autos e compareceram à Delegacia Especializada de Violência Contra a Mulher (Deam) para comunicar que também foram roubadas pelo coacto e da

mesma forma constrangidas a permitir a prática de atos libidinosos. “De forma coesa, as duas vítimas narraram que, no dia 21 de novembro de 2021, estavam caminhando pelo mesmo parque, quando foram abordadas pelo réu, que estava portando uma arma de fogo e um facão. Ele também roubou os apare-

lhos celulares das vítimas e um cordão. Na ocasião, o réu apalpou os seios, as nádegas e o órgão genital da vítima de uma das vítimas, além de puxar a parte da frente de sua calça para olhar seu órgão genital. Da mesma forma, foi em direção à outra vítima, com o mesmo comportamento criminoso. Ele também

teria tentado forçá-las a entrar na floresta, ameaçando-as de morte. Porém, algumas pessoas se aproximaram do local, o que fez o réu fugisse do local”, informa o TJPA.

Todas as quatro vítimas descreveram com precisão a fisionomia do réu e o reconheceram como o autor dos crimes descritos.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

ANAPU

# Comunidade do Lote 96 denuncia ataque de falsos policiais

**VIOLÊNCIA** - Moradores relatam que o grupo está se passando por policiais para fazer uma reintegração de posse ilegal truculenta. Mais de 50 famílias vivem no local.



**Lote 96**, localizado na Gleba Bacajá, é o mesmo território onde a missionária Dorothy Stang foi assassinada

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

**N**a tarde de ontem, por volta do meio-dia, um grupo armado, que estaria se passando por policiais, iniciou um ataque à comunidade do Lote 96, em Anapu (PA), onde vivem 54 famílias. Áudios de moradores relatam que casas estão sendo incendiadas, camponeses agredidos e aparelhos celulares, que filmavam a ação, estão sendo danificados.

Em um dos áudios de moradores do local, uma mulher relata que o grupo armado alegou que estaria fazendo uma reintegração de posse, mas não apresentaram documentação:

"Atearam fogo aqui na casa, eles disseram que era reintegração de posse, que tínhamos 20 minutos para sair dali. Eu pedi o mandado de busca e ele me amostrou foi a arma dele. Ele ateou fogo, revirou a casa inteira. Queimou tudo. Não tem nada lá dentro mais".

Relatos dão a entender que uma família estaria sendo feita refém. Em um dos áudios, um morador comenta: "É complicado filmar, porque se for lá o cara mete a arma em cima. A gente não sabe nem o que tá acontecendo com a família do Roque. Já quebrou um telefone, é complicado".

O camponês Erasmo Alves Teófilo, defensor dos direitos humanos e representante das famílias na área, informou que, neste momento, o grupo de homens continua no local. A polícia já foi acionada, mas ainda não chegou no Lote 96: "Eu estou aqui, os pistoleiros estão aqui. Até agora nada de polícia. Eu fui lá próximo e eles estão lá".



***Atearam fogo aqui na casa, eles disseram que era reintegração de posse, que tínhamos 20 minutos para sair dali. Eu pedi o mandado de busca e ele me amostrou foi a arma dele."***

ÁUDIO DE UMA  
MORADORA DO LOCAL

## SUSPENSÃO

O Ministério Público Federal (MPF) se posicionou a respeito da situação informando que acionou a Polícia Federal (PF) e Polícia Rodoviária Federal (PRF) para que medidas sejam tomadas no local do conflito, em caráter de urgência, "com o objetivo de resguardar a integridade física dos moradores e a apuração dos fatos". O texto explica, ainda, que as reintegrações de posse estão suspensas no país inteiro por ordem do Supremo Tribunal Federal (STF).

Segundo o MPF, o Lote 96 é uma área pública federal e "o pretense dono teve o título de

propriedade cancelado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), a pedido do MPF, em ação civil pública". E complementa: "A área está em processo de se tornar um assentamento de reforma agrária e já foi feita vistoria no imóvel, com posterior confecção um laudo agrônômico de fiscalização".

O MPF informou também que acionou outras autoridades para que providências sejam tomadas: o Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), com envio de ofícios para o promotor de Justiça de Anapu e para a promotoria agrária em Altamira; a Secretaria de Estado de Segurança Pública do Pará (Segup) e à Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (Sejudh), para reforço da segurança no local.

Em nota enviada para a redação de O LIBERAL, a Segup informou que a situação que ocorre em Anapu "é de competência dos órgãos federais, pois é uma área de responsabilidade da União. Entretanto, equipes das Polícias Militar e Civil já estão no município para dar apoio e agir dentro de suas atribuições".

## CONFLITOS

O Lote 96, localizado na Gleba Bacajá, em Anapu, município paraense, é o mesmo território onde, em fevereiro de 2005, a missionária Dorothy Stang foi assassinada por defender o direito à terra dos camponeses. A Justiça de Altamira (Vara Agrária) determinou a reintegração de posse de uma área onde, há 11 anos, moram 54 famílias. Os camponeses dizem que a área, que é terra pública, foi reivindicada por um fazendeiro, como sendo parte de sua propriedade.

**RD REPÓRTER  
DIÁRIO**

O Ministério Público Federal (MPF) apura denúncias de que um grupo armado teria atacado moradores de um lote de agricultores em Anapu, no sudoeste paraense, às margens da Transamazônica. Diante da gravidade das denúncias, a Polícia Federal e a PRF foram imediatamente acionadas. O Lote 96, da gleba Bacajá, teria sido atacado no início da tarde de ontem por homens que diziam estar cumprindo reintegração de posse. Várias casas teriam sido incendiadas no local, onde vivem 54 famílias. As reintegrações de posse estão suspensas em todo o país por ordem do Supremo Tribunal Federal (STF).

**PROVIDÊNCIAS**

A área está em vias de se tornar um assentamento de reforma agrária. Já foi feita vistoria no imóvel, com posterior confecção de laudo agrônomo de fiscalização. Uma das lideranças das famílias do Lote 96 faz parte do programa de proteção a defensores de direitos humanos por causa de ameaças de morte. Além de pedir a presença da polícia, o MPF informou sobre a situação ao Ministério Público do Estado, com ofícios para o promotor de Justiça de Anapu e para a promotoria agrária em Altamira. Foi solicitado à Segup reforço de segurança no local.

**CANGAÇO**

O Juízo da Comarca de S. Félix do Xingu condenou cinco acusados de integrar o bando que assaltou em 2019 as agências do Banco do Brasil e do Bradesco na cidade. As penas variaram de 16 anos a 20 anos de reclusão. Dois dos acusados já morreram e a polícia avalia que pelo menos outras 10 pessoas pertencem à quadrilha. Os assaltos ocorreram na madrugada de 1º de fevereiro. O bando sitiou a cidade disparando tiros com armas de grosso calibre para intimidar a população. Com o uso de explosivos, os bandidos roubaram altas somas das agências bancárias.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

## MPPA quer condenação de empresa de água mineral

### IRREGULARIDADES

O Ministério Público do Pará (MPPA), através da 13ª Promotoria Criminal de Belém, ofereceu denúncia contra o empresário responsável pela empresa BLU Belém Comércio e Serviços Hidráulicos LTDA, por irregularidades na comercialização de água mineral.

Após uma inspeção conjunta da Delegacia do consumidor, Procon, Vigilâncias Sanitárias Estadual, Municipal e a Agência Nacional de Mineração, foram encontradas irregularidades sanitárias no transporte e comercialização da água mineral. O Relatório Técnico da Vigilância Sanitária Estadual concluiu que a água apresentava alto risco à saúde coletiva.

Na vistoria foi verificado que o caminhão que transporta garrações de água para posterior envio até os clientes fica estacionado em uma área compartilhada, onde também funciona uma oficina mecânica e de pintura de veículos, no qual podem ser observados materiais que facilitem o risco de contaminação e/ou adulteração do produto.

Sobre a higienização dos veículos e tanques de armazenamento, o denunciado informou que é realizada com um produto adquirido em fornecedor de fora do estado, porém, ao ser solicitado a verificação do produto, afirmou que, devido ao alto valor desse

sanitizante, estava em processo de substituição por outro produto, e que o referido produto ainda estava em falta naquele momento, limitando-se a mostrar um borrifador de álcool que alegou que seria utilizado no momento de sanitizar os garrações.

Diante das irregularidades encontradas, o Departamento de Vigilância Sanitária de Belém e o Grupo de Atuação Técnico Interdisciplinar do MPPA (Gati) concluíram que a empresa oferece o serviço de venda e manipulação fora dos padrões exigidos, classificando como de alto risco.

### INTERDIÇÃO

Por conta da manipulação irregular, o produto não pode ser classificado como água mineral, mas sim água potável, uma vez que a empresa não atende os requisitos técnicos para que pudesse enquadrar o seu produto dentro dessa classificação. A Vigilância Sanitária então sugeriu a interdição definitiva do sistema da empresa.

Por consequência, o Ministério Público, representado pelo promotor de Justiça César Augusto Motta, ofereceu denúncia com base no art. 272 do Código Penal Brasileiro “corromper, adulterar, falsificar ou alterar substância ou produto alimentício destinado a consumo, tornando-o nocivo à saúde ou reduzindo-lhe o valor nutritivo”.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

# EM QUATIPURU MULHER É FLAGRADA COM DROGAS

Ela foi denunciada por usuários como a vendedora dos entorpecentes e a Polícia Militar conseguiu dar o flagrante



## TRÁFICO DE DROGAS

JR Avelar

Uma ronda da guarnição do 57º Pelotão Destacado de Quatipuru, sob o comando do sargento Gomes, vinculado ao 11º BPM do CPR VII e à guarnição de serviço na viatura 1106 com o sargento Vander, cabos Mariano e Lucas, quando passavam pelo bairro da Brasilândia, avistaram dois suspeitos em uma motocicleta.

Imediatamente foi realizada a abordagem sendo identificados como Luiz Santos da Silva e Fader Júnior da Silva Santos e nas buscas pessoais, foi encontrado em um dos bolsos de Luiz Santos três invólucros da substância entorpecente conhecida como oxil.

Interrogado, ele se declarou viciado e questionado onde os mesmos haviam comprado o material ilícito os dois direcionaram a guarnição para a casa da senhora Maria Ildina Ferreira Gomes, conhecida como "Tabita", que foi surpreendida pela guarnição em frente a sua residência.

A mulher sem ter como se livrar do flagrante apresentou um recipiente plástico, contendo onze papelotes da mesma substância vendida ao viciado. Maria Ildina foi ainda questionada o que fazia em posse dos deferidos entorpecentes, a mesma disse textuais "estou vendendo para fazer dinheiro extra".

O flagrante foi apresentado na delegacia de Polícia Civil de Primavera para onde foram levados os dois viciados e Maria Ildina Ferreira Gomes que acabou autuada em flagrante pelo crime de tráfico de drogas.

Mulher foi presa e, segundo a PM vendia drogas para "fazer um dinheiro extra" FOTOS: DIVULGAÇÃO

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

## CRIME EM ESCRITÓRIO

# ACUSADO DE ESTUPRO É PRESO EM ANANINDEUA

Vítima foi uma jovem que foi atacada por criminoso em um escritório de advocacia

### EM FLAGRANTE

JR Avelar

Já está devidamente recolhido a uma unidade carcerária da Região Metropolitana de Belém, Davisson Luís Batista de Moraes preso ainda dentro do flagrante pelo crime de estupro.

A informação foi confirmada pela Polícia Civil através da Superintendência da Região Metropolitana. Ele foi preso sem esboçar reação por volta das 16h desta terça-feira (10) no bairro do Aurá, oito horas depois de estuprar uma jovem dentro de um escritório de advocacia no centro de Ananindeua.

O delegado responsável pelo caso atuou em flagrante o tarado pelo crime de estupro. Ele, na manhã desta terça-feira (10), armado com uma faca entrou em um escritório de advocacia localizado na avenida Cláudio Sanders no centro de Ananindeua, e lá perpetrou o crime de estupro, tendo como vítima a recepcionista do escritório.

Ele teria chegado no local no momento em que a jovem abriu o as portas do escritório e alegando estar precisando dos serviços profissionais do advogado conseguiu entrar no local e ao perceber que a jovem estava sozinha praticou o ato criminoso.

Davisson Luís Batista de Moraes foi flagrado por câmeras de segurança de estabelecimentos da avenida Cláudio Sanders correndo com uma sacola na mão e logo foi reconhecido como morador do bairro das Águas

Lindas e com ponto de esconderijo no bairro do Aurá.

Mesmo com a liberação de máscaras em áreas abertas, o acusado utilizou o equipamento para tentar esconder o rosto que foi gravado por câmeras de segurança e repassado à Polícia Civil.

A equipe policial assim que tomou conhecimento do fato delituoso, empreendeu várias diligências que culminou com a prisão do criminoso por volta das 16h no bairro do Aurá, o qual confessou a autoria delitiva uma vez que as imagens o apontavam como autor do crime.



O suspeito foi identificado por um circuito de TV que filmou sua saída do local do crime  
FOTOS: REPRODUÇÃO

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

## BELÉM

Casamento comunitário formaliza a união de 168 casais para fixar famílias no campo

O evento promovido pela Ouvidoria Agrária do TJE-PA ainda oferecerá uma celebração, no sábado, 16.

Enize Vidigal

11.05.22 18h30



Casamento comunitário formalizou uniões de fato para garantir direitos. (Ricardo Lima; TJE-PA)

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

Nesta quarta-feira, 11, 168 casais de diferentes municípios do interior paraense participaram da cerimônia civil de casamento comunitário, realizada na sede da Ouvidoria Agrária, do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJE-PA). E, no próximo sábado, 14, eles terão uma cerimônia de celebração conjunta na Chácara Meu Pedacinho de Céu, no município de Santa Bárbara do Pará, Região Metropolitana de Belém, às 10h.

O projeto de casamento comunitário, que busca regularizar a situação civil de casais da capital e no interior paraense, é promovido pela Ouvidoria Agrária, desde novembro de 2021, com o objetivo de fixar as famílias no campo e dar solução a conflitos agrários.

Os casais que participaram do casamento comunitário são originários dos municípios de Belém, Ananindeua, Benevides, Santa Isabel, Santa Bárbara e Vigia. A participação no projeto foi aberta para moradores do campo e da cidade, da capital e do interior do estado.

O ouvidor agrário do TJE-PA, desembargador Mairton Marques Carneiro, explica que “o casamento comunitário surge como uma solução para fixar a família no campo. Qualquer título de terra será para os dois, um não pode vender sem a aquiescência do outro. Isso fixa o casal na terra e evita os conflitos agrários”.

Moradores de Benevides, na RMB, Edmilson Alves da Costa e Ruth Selma Pereira estão juntos há 32 anos e possuem duas filhas, de 27 e de 30 anos. Para Edmilson, o casamento coroa a união duradoura do casal. "Pedi a bênção de Deus para que seja, realmente, a separação só com a morte", disse ele. "Estamos muito felizes por esse momento, completou Ruth, sorridente.

"Agradecemos muito, foi algo extraordinário na nossa vida e aproveitamos a oportunidade pra ser feliz mais ainda", destaca Débora Caroline, que veio com o companheiro Hudson Figueiredo, do distrito de Icoaraci, para formalizar a união de um ano e meio.

Daniele Cristina e Silas Matos moram no bairro da Condor, em Belém, formalizaram a união de quase 10 anos na companhia da filha do casal, Ana Cristal, de 4 anos. "O sentimento é de felicidade, porque há anos nós vínhamos planejando nosso casamento e quando tivemos a oportunidade nós agarramos. Silas, que é cadeirante, classificou a ocasião como "uma porta muito maravilhosa que Deus abriu e nós agarramos a oportunidade."

O juiz de paz Alfredo Rodrigues, ligado ao cartório Guedes de Oliveira (de 2º registro civil), parceiro do projeto, disse que é muito gratificante ajudar a realizar o sonho de vida de vários casais em um projeto que regulariza situações de fato. "É muito importante participar desse momento especial".

No sábado, 14, o diretor do Fórum Cível da Capital, juiz Sílvio César dos Santos Maria, é quem irá presidir a cerimônia conjunta do casamento comunitário.

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

## BELÉM

Acusado de roubo e estupro no Parque do Utinga tem habeas corpus negado

Decisão é do TJPA em sessão ordinária de segunda (9)

O Liberal

11.05.22 18h25



Sessão online do TJPA serviu para apreciação do pedido de habeas corpus do acusado (Foto: Reprodução / Redes Sociais)

O pedido de *habeas corpus* em favor de **Jeovan Moraes da Silva**, preso preventivamente desde 31 de janeiro deste ano por roubo e estupro contra quatro mulheres, em datas diferentes, no Parque Estadual do Utinga, foi negado pela Seção de Direito Penal do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA). O requerimento foi apreciado durante sessão ordinária transmitida por

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

videoconferência na última segunda-feira (9), presidida pelo desembargador José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Júnior.

Entre outros argumentos para o pedido de revogação da prisão preventiva (que poderia ser substituída por medidas cautelares diversas da prisão), a defesa do réu alegou que Jeovan Moraes estaria sendo alvo de constrangimento ilegal por ainda não ter sido submetido à audiência de custódia, em razão da falta de fundamentação da decisão e ausência dos requisitos que autorizaram a custódia extrema. No entanto, desembargadores e desembargadoras presentes na Seção de Direito Penal acompanharam à unanimidade o voto do relator do processo, desembargador Rômulo José Ferreira Nunes, que em sua decisão destacou que a ausência da audiência de custódia não torna nula a prisão em caráter preventivo do acusado se esta obedecer aos requisitos legais.

### **Investidas**

De acordo com o que consta no processo, Jeovan Moraes roubou e estuprou duas mulheres usando de violência e ameaça por arma de fogo. Os crimes aconteceram em 12 de outubro e em 21 de novembro de 2021, por volta das 10h30 e 15h15, respectivamente, no Parque Estadual do Utinga, em Belém. Em depoimento, duas das vítimas relataram que estavam caminhando em uma trilha dentro do parque, quando foram surpreendidas pelo acusado. Ele surgiu de dentro do mato armado com um revólver e uma faca, e depois de tentar abusar sexualmente delas, fugiu levando alguns pertences, entre os quais dois aparelhos celulares, vales digitais, dinheiro e a mochila de uma delas.

Segundo as mulheres, no momento em que foram atacadas não havia policiais por perto. Mas, como eles costumam passar frequentemente pelo local, o acusado agiu de forma rápida em todos os casos.

## **Denúncias**

Após a repercussão dos dois ataques na mídia, outras duas vítimas tomaram conhecimento do caso e procuraram a Delegacia Especializada de Violência Contra a Mulher (Deam) para comunicar que também haviam sido atacadas pelo mesmo homem e da mesma forma. A partir dos depoimentos e do cruzamento das informações descritas pelas quatro vítimas foi produzido um retrato-falado do acusado, que foi reconhecido como o autor dos crimes descritos.

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

## Após denúncia, casal é preso em flagrante por tráfico de drogas no interior do Pará

12 MAI 2022 - 11H30 ATUALIZADO 12 MAI 2022 - 11H36



Crédito: Reprodução/Redes Sociais

Um casal foi preso por tráfico de drogas em Santarenzinho, em Santarém, oeste do Pará, nesta quarta-feira, 11. No momento da prisão realizada pela Polícia Civil, também foram apreendidos entorpecentes e outros materiais. Um homem que chegou ao local para comprar droga também foi conduzido pela polícia à delegacia.

De acordo com informações da Polícia Civil, a equipe recebeu uma denúncia anônima sobre o uso e tráfico de drogas. Uma guarnição se deslocou até o local

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

indicado para averiguar e durante o patrulhamento na área, localizou o paradeiro de um casal suspeito de comercialização de entorpecentes.

A dupla identificada como Nilza Rodrigues da Costa e Eduardo Limeira da Silva foi presa em flagrante por tráfico de drogas e um terceiro, usuário de drogas, também foi levado a 16ª Seccional Urbana de Polícia Civil para prestar esclarecimentos.

O casal foi levado para a penitenciária Silvio Hall de Moura, onde ficará à disposição da Justiça.

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

## MP pede condenação de empresa por irregularidades sanitárias na venda de água mineral em Belém

12 MAI 2022 - 07H21 ATUALIZADO 12 MAI 2022 - 07H32



Crédito: Reprodução/Ascom MPPA

O Ministério Público do Pará (MPPA), através da 13ª Promotoria Criminal de Belém, ofereceu denúncia contra o empresário responsável pela empresa BLU Belém Comércio e Serviços Hidráulicos LTDA, por irregularidades na comercialização de água mineral.

Após uma inspeção conjunta da Delegacia do consumidor, Procon, Vigilâncias Sanitárias Estadual, Municipal e a Agência Nacional de Mineração, foram encontradas irregularidades sanitárias no transporte e comercialização da água

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

mineral. O Relatório Técnico da Vigilância Sanitária Estadual concluiu que a água apresentava alto risco à saúde coletiva.

Na vistoria foi verificado que o caminhão que transporta os garrafões de água para posterior envio até os clientes fica estacionado em uma área compartilhada, onde também funciona uma oficina mecânica e de pintura de veículos, no qual podem ser observados materiais que facilitem o risco de contaminação e/ou adulteração do produto.

Sobre a higienização dos veículos e tanques de armazenamento, o denunciado informou que é realizada com um produto adquirido em fornecedor de fora do estado, porém, ao ser solicitado a verificação do produto, afirmou que, devido ao alto valor desse sanitizante, estava em processo de substituição por outro produto, e que o referido produto ainda estava em falta naquele momento, limitando-se a mostrar um borrifador de álcool que alegou que seria utilizado no momento de sanitizar os garrafões.

Diante das irregularidades encontradas, o Departamento de Vigilância Sanitária de Belém e o Grupo de Atuação Técnico Interdisciplinar do MPPA (GATI) do Ministério Público do Estado concluíram que a empresa oferece o serviço de venda e manipulação fora dos padrões exigidos, classificando como de alto risco.

Por conta da manipulação irregular, o produto não pode ser classificado como água mineral, mas sim água potável, uma vez que a empresa não atende os requisitos técnicos para que pudesse enquadrar o seu produto dentro dessa classificação. A Vigilância Sanitária então sugeriu a interdição definitiva do sistema da empresa.

Por consequência, o Ministério Público, representado pelo Promotor de Justiça César Augusto Motta ofereceu denúncia com base no art. 272 do Código Penal Brasileiro "corromper, adulterar, falsificar ou alterar substância ou produto alimentício destinado a consumo, tornando-o nociva à saúde ou reduzindo-lhe o

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

valor nutritivo". O responsável pela empresa responderá também pelo art. 67 do Código de Defesa do Consumidor, que consiste em "fazer ou promover publicidade que sabe ou deveria saber ser enganosa ou abusiva".

*Com informações da Ascom MPPA.*

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

## Homem é preso por descumprir medida protetiva de urgência, em Belém

11 MAI 2022 - 16H33 ATUALIZADO 11 MAI 2022 - 16H31



Crédito: Reprodução/PCPA

A Polícia Civil, por meio da Central de Polícia de São Brás, autuou em flagrante um homem pela prática do crime de descumprimento de medida protetiva de urgência. A prisão ocorreu na última terça-feira, 10, em Belém.

Após serem acionados por uma equipe da polícia científica, informando que um homem estaria perseguindo uma mulher em via pública, a equipe saiu em diligência e localizou o suspeito segurando a vítima, sua ex-companheira, pelos

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

braços. A equipe policial também constatou que a vítima possuía uma medida protetiva vigente desde o mês de fevereiro de 2022.

O homem foi conduzido até a unidade policial para o cumprimento de todas as medidas cabíveis e colocado à disposição do Poder Judiciário.

*Com informações da PMPA.*

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

## Homem é preso em flagrante acusado de espancar mulher na frente do filho na Sacramenta, em Belém

11 MAI 2022 - 14H30 ATUALIZADO 11 MAI 2022 - 15H13



Crédito: Reprodução/Redes Sociais

A Diretoria de Polícia Metropolitana, por meio da 1ª Seccional Urbana da Sacramenta, prendeu o homem flagrante na manhã desta terça-feira, 11. Ele foi identificado como Ronaldo Dias e Dias pelo crime de violência doméstica e familiar.

Segundo informações da Polícia Militar, a vítima foi buscar seu filho na escola e quando foi abordada pelo agressor, recebeu um golpe em suas costas. Em seguida, na frente do filho do casal, continuou agredindo fisicamente sua companheira.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Ainda segundo a PM, a vítima fugiu para a casa da sua tia, onde o agressor a seguiu a bateu novamente.

A equipe da Seccional da Sacramento tomou conhecimento do fato e conseguiu prender em flagrante delito o autor do fato criminoso.

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)



## Operação 'Uncle' prende homem suspeito de estuprar o sobrinho em Rurópolis, no PA

Caso aconteceu na noite do dia 1º de maio. O suspeito foi preso na tarde desta segunda (9).

Por [Sílvia Vieira](#), g1 Santarém e Região — PA  
09/05/2022 18h00 · Atualizado há 18 horas



Suspeito de estuprar sobrinho de 14 anos foi preso preventivamente em Rurópolis, no Pará — Foto: Reprodução

A polícia de Rurópolis, sudoeste do Pará, deu cumprimento a mandado de prisão preventiva de um homem de 32 anos suspeito de estuprar o próprio sobrinho, um adolescente de 14 anos. O crime aconteceu na noite do dia 1º de maio, em um matadouro da cidade.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

O pedido de prisão preventiva do suspeito foi feito pelo delegado Ariosnaldo Vital Filho, após levantamento dos fatos. Um boletim de ocorrência sobre o caso foi registrado pela mãe do adolescente vítima de estupro. Ela é irmã do suspeito.

A prisão aconteceu em um bar na comunidade Tambos. E de acordo com a polícia, o suspeito não resistiu à prisão, sendo conduzido para a delegacia de Rurópolis e segue à disposição da Justiça.

De acordo com boletim de ocorrência, por volta das 21h30 do dia 1º de maio, o suspeito saiu de moto na companhia do sobrinho de 14 anos, sem dizer à mãe do menino onde estavam indo quando ela perguntou. Pouco mais de uma hora depois, ele retornou deixando o sobrinho na frente da casa onde moravam e saiu novamente.

O adolescente chamou uma irmã de 16 anos e relatou a ela que tinha sido abusado pelo tio. A adolescente chamou a mãe e na presença do irmão, pediu que ele contasse o que tinha acontecido. O adolescente relatou à mãe que foi levado pelo tio a um matadouro da cidade onde foi estupro.

Diante do relato do filho, a mulher procurou uma guarnição da Polícia Militar e foi orientada pelos policiais a ir até à delegacia registrar boletim de ocorrência. Antes de ir à delegacia, a mulher expulsou o irmão de casa.

Após o registro do boletim de ocorrência, o adolescente foi encaminhado à unidade do ParáPaz em Santarém, onde passou por escuta especializada e confirmou as informações repassadas à polícia. O adolescente também foi encaminhado a exame sexológico no Centro de Perícias Científicas Renato Chaves.

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



## Autor de triplo homicídio é condenado a mais de 42 anos de prisão em Itaituba, sudoeste do PA

Djacir Ferreira de Sousa foi o autor de assassinato da procuradora Leda Marta Lucyk dos Santos, de 40 anos, e da filha dela, Hanna Estela, de 10 anos, em 2014.

Por g1 Pará — Belém

11/05/2022 19h22 · Atualizado há 15 horas



A Justiça do Pará condenou nesta terça-feira (10) Djacir Ferreira de Sousa a 42 anos, 8 meses e 28 dias de prisão pelo crime de triplo homicídio. O réu foi o autor do assassinato da procuradora de [Itaituba](#), no sudoeste do estado, da filha dela e de uma funcionária da família, em fevereiro de 2014. O julgamento ocorreu no Tribunal do Júri da Comarca de [Itaituba](#), no Pará.

O ex-marido da advogada, o advogado Altair dos Santos, é acusado de ser o mandante do assassinato por não aceitar o fim do relacionamento. O processo dele tramita de forma separada na justiça.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Procuradora Leda Marta Lucyk dos Santos, de 40 anos, a filha dela, Hanna Estela, de 10 anos, e a funcionária Taynara Siqueira foram encontradas mortas no dia 22 de fevereiro de 2014 — Foto: Reprodução/TV Liberal

### **Entenda o caso**

A procuradora Leda Marta Lucyk dos Santos, de 40 anos, a filha dela, Hanna Estela, de 10 anos, e a funcionária Taynara Siqueira foram encontradas mortas por volta de 20h do dia 22 de fevereiro de 2014, dentro da loja de propriedade da advogada, em [Itaituba](#).

Segundo a Polícia Civil, o homicídio aconteceu entre 8h e 10h. Os corpos foram encontrados por uma tia da funcionária da loja, que sentiu falta da sobrinha que costumava chegar cedo aos sábados e não estava atendendo o celular. Ao chegar à loja, a tia viu os corpos e chamou os bombeiros.

[O circuito interno de filmagem do local onde aconteceu o crime registrou o momento em que Djacir entra antes e sai após o crime da loja.](#) A faca usada para matar as três pessoas foi encontrada em uma lixeira distante uns 60 metros do local.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

O ex-marido de Leda, Altair dos Santos, foi apontado pela polícia como o mandante do crime. Ele chegou a ter a prisão preventiva decretada dois dias após os assassinatos, por suspeita de ter encomendado a morte da esposa e da própria filha por não ter aceitado a separação. Recentemente, ele foi colocado em liberdade, condição que mantém atualmente.

Segundo Pânyssa Monteiro, assistente de acusação representando a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) Pará e vice-presidente da Subseção Santarém, o réu condenado como executor do crime alegou que Altair dos Santos foi o mandante dos assassinatos. "O mandante do crime foi citado nominalmente pelo hoje condenado. O condenado além de confessar o crime ele reconheceu uma foto como sendo a pessoa que o contratou para executar a ex-esposa, sendo pago R\$ 5 mil para fazer o serviço".

Será instaurado um processo administrativo para pedir a cassação do registro da OAB do então advogado.

"A OAB está atuando na assistência de acusação. Estamos nesse caso porque a vítima além de ser uma advogada, foi morta em um crime bárbaro. A classe não ficou inerte na busca da justiça nesse caso. Buscamos uma resposta para sociedade. Desde o início estamos acompanhando o processo", informou Pânyssa, que atua no caso como assistente de acusação representando a Ordem dos Advogados do Brasil, ao lado de Braz Mello, presidente da Comissão de Prerrogativas da Seccional Pará, e Joseane Loiola, presidente da Subseção [Itaituba](#).

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)



## Homem é preso suspeito de estuprar a própria enteada, em Redenção, no sul do Pará

Ação fez parte da Operação Parador para combater crimes de exploração sexual envolvendo crianças e adolescentes.

Por g1 Pará — Belém

10/05/2022 19h01 - Atualizado há um dia



A Polícia Civil prendeu um homem pela crime de estupro de vulnerável em Redenção, no sul do Pará. Segundo as investigações, o suspeito praticava o crime contra sua própria enteada, menor de idade. A informação foi divulgada nesta terça-feira (10).

Após a Justiça decretar a prisão preventiva do suspeito, a polícia realizou diligências para localizar e prender o foragido. O homem foi capturado e transferido para o sistema penitenciário, onde se encontra à disposição da justiça.

A ação fez parte da Operação Parador, promovida pela Polícia Civil para combater crimes de exploração sexual envolvendo crianças e adolescentes.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

**"OPERAÇÃO PARADOR"**

## Padrasto é preso acusado de estuprar enteada

A criança é filha da mulher com quem o acusado mantinha um relacionamento amoroso

quarta-feira, 11/05/2022, 17:40 - Atualizado em 11/05/2022, 17:39 - Autor: Com Informações de Dinho Santos e Folha UOL



Jhonatan Groff teve mandado de prisão preventiva expedida pela Justiça | Divulgação

Acada hora, quatro meninas menores de 13 anos são estupradas no Brasil. A maior parte dos meninos vítimas dessa violência têm entre 4 e 8 anos.

São dados de 2021 do Anuário de Violência do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que mostram ainda que 67% dos casos acontecem dentro das residências e 86% são praticados por conhecidos das vítimas.

Mais uma menina entrou para essa triste estatística sendo vítima de violência sexual pelo próprio padrasto. Ele foi preso nesta terça-feira (10) pela Polícia Civil da cidade de Redenção, no sul do Pará.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Jhonatan Groff teve mandado de prisão preventiva expedida pela Justiça, que atendeu à solicitação da Polícia Civil, que após uma minuciosa investigação reuniu provas que incriminam o acusado de abusar sexualmente da criança.

A prisão do acusado é resultado da Operação Parador, desencadeada pela Polícia Civil, que visa combater os crimes de exploração sexual envolvendo crianças. A prisão de Jonathan Groff foi executada por policiais da Superintendência Regional de Polícia Civil do Araguaia Paraense e do Núcleo de Apoio a Inteligência (NAI) Sul.

A criança é filha da mulher com quem o acusado mantinha um relacionamento amoroso. O pedófilo se encontra recolhido em umas das celas do Presídio de Redenção, onde vai aguardar a sentença da Justiça.

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)



SEGUNDA VEZ CONSECUTIVA

## Faculdade Carajás obtém nota acima da média no Exame da OAB

Curso de Direito da Carajás obtém nota acima da média no Exame da OAB. O resultado foi divulgado pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e se refere a primeira fase do 32º Exame da Ordem

domingo, 08/05/2022, 09:54 - Atualizado em 08/05/2022, 09:53 - Autor: Michel Garcia



O resultado foi divulgado pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e se refere a primeira fase do 32º Exame da Ordem | James Oliveira/RBATV

O curso de Direito da Faculdade Carajás, atuante em Marabá, região sudeste do Estado, acaba de alcançar uma importante conquista: a pontuação acima da média estadual no exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Na primeira fase da prova, a faculdade registrou um rendimento de 29,82%, enquanto a nota geral do estado foi de 25,06%.

O resultado foi divulgado pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e se refere a primeira fase do 32º Exame da Ordem.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

É a segunda vez consecutiva que o curso de Direito da Faculdade paraense consegue estar melhor do que a média de rendimento. No ano passado, a faculdade teve um rendimento de 24,14% contra a média estadual de 21,66%. Ou seja, um aumento de 20% no rendimento total dos acadêmicos.

Com a fórmula vitoriosa de formação dos alunos, a Faculdade Carajás garante que as expectativas são muito positivas. Todo mês de maio, o curso de Direito realiza a Semana Acadêmica com maratonas de resolução de questões de concurso público e da prova da OAB.



**Professor advogado Antônio Henrique da Mata Correa, coordenador do Curso de Direito da Faculdade Carajás | Reprodução**

De acordo com o advogado Antônio Henrique da Mata Correa, formado em Direito Público e Ambiental, Mestre em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, coordenador do Curso de Direito da Faculdade Carajás, o sucesso é por conta das dinâmicas aplicadas durante todo o curso de Direito em Marabá.

"Trabalhamos com os alunos como se eles fossem se preparar para fazer um concurso público ou mesmo a prova da OAB", explicou. "A metodologia de

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

ensino inclui o que está sendo pedido em concursos e na prova da OAB. Com o conhecimento adquirido, consegue-se a nota. Nossa diferença é o trabalho, o uso da metodologia dentro da sala de aula como casos a serem debatidos, seminários", salientou.

Além disso, os acadêmicos de Direito ao chegarem ao nono e décimo semestres eles começam a participar dos atendimentos do Núcleo de Práticas Jurídicas, uma ação que presta serviços de atendimentos jurídicos a pessoas e famílias de baixa renda. "Além desses, todos os acadêmicos de Direito desde o início do curso têm acesso a práticas com mutirões do Ministério Público, Defensoria e no próprio Fórum de Marabá, onde os alunos vêem na prática a futura demanda deles", declarou.

Outras formas de engajamento dos acadêmicos são convênios com órgãos públicos, privados e escritórios de advocacia e participação de seminários e simpósios.

## **QUALIFICAÇÃO**

O curso de Direito da Faculdade Carajás foi criado em agosto de 2015. Desde então, foram formados cerca de 300 profissionais em cinco turmas de graduação.

A graduação tem cinco anos de duração, e conta com professores qualificados e pós-graduados.

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)



Atendimento de acadêmicos de Direito no Centro Judiciário de Soluções de Conflitos do Núcleo de Práticas Jurídicas | **James Oliveira/RBATV**

Aliando rigor teórico com a experiência prática da jurisprudência, a Faculdade Carajás oferta diferenciais estratégicos aos alunos de Direito, entre eles, o acesso ao Centro Judiciário de Soluções de Conflitos (Cejusc), que promove sessões e audiências de conciliação e de mediação, além de atendimento e orientação aos cidadãos que possuem dúvidas e questões jurídicas.

Os alunos também têm acesso ao Núcleo de Práticas Jurídicas da Faculdade Carajás, local que permite aos graduandos de Direito colocar em prática os conteúdos teóricos aprendidos. As atividades são acompanhadas por professores, que são profissionais inscritos na OAB. Os atendimentos são feitos pelos NPJ e voltados à população carente, que não consegue arcar com as custas da contratação de um advogado.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)